

PORTUGAL E ANGOLA DEVEM REFORÇAR LAÇOS HISTÓRICOS



Rui Rio destaca que as relações entre Angola e Portugal têm agora uma “estrada aberta” pela frente. O presidente do PSD enaltece o “simbolismo” de ter sido recebido, dia 28, pelo chefe de Estado angolano, João Lourenço, no Palácio Presidencial, em Luanda



pág. 9

PSD

LUÍS ALVES MONTEIRO ELEITO PRESIDENTE DO INSTITUTO SÁ CARNEIRO

Luís Alves Monteiro foi eleito por unanimidade, na quinta-feira, 28 de junho, presidente do Conselho de Administração do Instituto Sá Carneiro para um mandato de 3 anos



pág. 12

LOCAIS

PSD DE BRAGA ABRE CICLO DE CONFERÊNCIAS SOBRE A FLORESTA

A primeira sessão do ciclo de conferências “Pensar Braga, Servir Braga”, subordinada ao tema reflorestamento e conservação do Concelho e promovida pela Comissão Política local, decorreu, na noite de 29 de junho, no salão nobre da Associação Comercial de Braga



pág. 13

REGIONAIS

GOVERNO REGIONAL TEM POSIÇÃO “DESALINHADA” DOS AGRICULTORES

O PSD/Açores defende que o presidente do governo regional tem uma posição “desalinhada” dos agricultores açorianos, que advogam que a manutenção da verba do programa comunitário POSEI não serve as suas necessidades



JOSÉ CANCELA MOURA
Diretor do "Povo Livre"

UM GOVERNO REFÉM DA IRRESPONSABILIDADE

"Ao fazer obra no IP3, estamos a decidir não fazer evoluções nas carreiras ou vencimentos". Com esta afirmação, o primeiro-ministro parece ter descoberto aquilo que todos sabem: os recursos são escassos e o decisor tem sempre de fazer escolhas; o dinheiro é finito e não há dinheiro para tudo. Portanto, António Costa admitiu que investir na requalificação do IP3 é uma opção que deixa de fora outros encargos do Orçamento do Estado, indiciando, deste modo, o que os professores podem esperar das negociações para o descongelamento das carreiras.

Esta afirmação releva, uma vez mais, a natureza das decisões do chefe do Governo, cuja principal marca é a irresponsabilidade. Uma irresponsabilidade que, por um lado, mina a confiança no Estado e descredibiliza toda uma classe política e que, por outro, tem um efeito de bola de neve nas reivindicações dos agentes da administração pública. Nos últimos dias, para além dos professores, os enfermeiros, os juizes, os funcionários judiciais e as forças policiais já anunciaram que, não havendo equidade de tratamento, irão partir para o protesto e para a paralisação.

Não cumprir a palavra é uma coisa, ter a profunda convicção de que se está a fazer uma promessa que não terá condições para a assegurar, é ainda mais grave. É de uma leviandade, sem desculpas.

O primeiro-ministro continua a navegação à vista. Não tem uma estratégia pensada, coerente e consolidada. Das promessas por cumprir e da retórica das medidas avulsas, temos a assinalar ainda a estatização de soluções que estão a provocar o retrocesso do Estado, em áreas que registaram avanços de décadas. De repente, e sem aviso, como aconteceu recentemente, o Ministério da Educação emite despachos que interferem claramente com a autonomia do ensino particular e cooperativo e atacam a excelência dos métodos pedagógicos e a qualidade dos resultados.

"A geringonça está no coração dos portugueses", proferiu o primeiro-ministro no final das Jornadas Parlamentares do PS. António Costa, mesmo em circuito fechado, continua a insistir numa realidade virtual, sem compreender o que se está a passar. O atual Governo, que nasceu de condições atípicas, mesmo com a legitimidade de que dispõe, encontra-se em estado de negação. A geringonça está em decomposição desde o dia em que Rui Rio ascendeu à liderança do PSD. O xadrez político mudou. De cada vez que o PSD apresenta uma solução, a aliança contranatura de novembro de 2015 estremece e vacila nas suas aparentes convicções políticas. António Costa bem prega que não irá "mudar de companhia" na governação, mas deixa cair a máscara a cada nova promessa incumprida, ou quando contraria cada nova reivindicação dos parceiros que escolheu por conveniência. Às vezes, a mudança depende mais daqueles que, mesmo sem motivo, decidem deixar de prosseguir a viagem do que da vontade de quem julga liderar o processo. Os partidos da extrema-esquerda ameaçam esticar a corda com o Orçamento do Estado para 2019 e a a geringonça terá o seu teste decisivo no próximo Outono.

PORTUGAL REFORÇAR



Rui Rio destaca que as relações entre Angola e Portugal têm agora uma "estrada aberta" pela frente. O presidente do PSD enaltece o "simbolismo" de ter sido recebido, dia 28, pelo chefe de Estado angolano, João Lourenço, no Palácio Presidencial, em Luanda.

Numa audiência que durou 30 minutos, Rui Rio transmitiu ao presidente de Angola a importância de os dois países reforçarem os laços históricos e de amizade. "Penso que isso é aquilo que todos nós desejamos. Estão criadas, neste momento, as condições, está uma estrada aberta para essa cooperação que tem já muitos anos, como todos sabemos. Pronto, tem os seus acidentes de percurso, teve um acidente de percurso como todos sabemos e não vale a pena naturalmente escondê-lo, mas, uma vez ultrapassado, temos é que trabalhar e estreitar ainda mais os laços", afirmou Rui Rio.

O presidente do PSD considera que "na Europa temos aliados e temos amigos, mas aqui [Angola], é mais do que amigos, aqui até família temos". "Portugal é um país, como todos sabemos, desde 1986, muito virado à Europa, integrado na Europa, mas,

... E ANGOLA DEVEM ... LAÇOS HISTÓRICOS



há 600 anos, que está virado para o Atlântico. As nossas relações com os países atlânticos são absolutamente fundamentais. E, portanto, esta aproximação cada vez maior entre Portugal e Angola é muito importante e naquilo que possa ser o meu contributo para que isso possa acontecer a disponibilidade é total e foi isso que eu também tive oportunidade de referir ao senhor Presidente da República”, sublinhou.

Da economia, à educação ou à saúde, e também “naquilo que, de parte a parte, possa ser interessante”, o líder do PSD destaca que Portugal tem várias “complementaridades” com Angola. “E há muitos aspetos onde nós nos podemos complementar. E acho que isso é bom, é bom para ambos os países”, ressaltou.





MPLA pode contar com a experiência do PSD

No final da reunião com o presidente do Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA), José Eduardo dos Santos, chefe de Estado angolano entre 1979 e 2017, Rui Rio afirmou ser “bom para o PSD”, mas “bom para Portugal e também bom para Angola”.

Rui Rio justificou o encontro com José Eduardo dos Santos como o “estreitar de relações historicamente muito boas”, entre o MPLA e o PSD: “É com todo o gosto que nós continuamos com essa relação, que é boa para os dois partidos e é boa, como digo, quer para Angola quer para Portugal”.

Uma transição no poder, ao fim de quase 40 anos, que líder do PSD encara com naturalidade, face aos “novos desafios” de Angola: “Uma coisa eram os desafios nos 70, nos anos 80, nos anos 90. E agora o desafio que se põe a Angola é completamente diferente. Há aqui o abrir de uma nova etapa, que é normal, é assim na vida”.

O mesmo acontece com a implementação do modelo autárquico em Angola, que arranca, com as primeiras eleições locais, a realizar em 2020, em que afirmou que “o MPLA terá seguramente um papel decisivo”, podendo contar com a experiência de mais de 40 anos de “Portugal e do PSD”.

Referindo-se ao exemplo da CPLP, Rui Rio declarou que Portugal “não pode estar só virado para a Europa”, devendo antes dar atenção também aos países do Atlântico, sendo Angola, nesse contexto, um “parceiro natural”.

Rui Rio chegou a Luanda na quarta-feira à noite e regressa a Portugal na sexta-feira, dia 29.



RUI RIO FELICITA D. ANTÓNIO MARTO

O presidente do PSD felicitou D. António Marto pela elevação a Cardeal, por nomeação de Sua Santidade o Papa Francisco. Numa carta dirigida ao Cardeal, Rui Rio destaca que a integração como membro efetivo do Consistório da Santa Sé é uma “bênção para os católicos e uma honra para os portugueses em geral”.

O presidente do PSD termina felicitando D. António Marto, não deixando ainda de referir que “o Partido Social Democrata, enquanto força política defensora da matriz cristã dos portugueses e do personalismo, associa-se, com orgulho, a este momento de festa da Igreja Católica”.

Conselho Estratégico Nacional em Coimbra

PRÓXIMO DOCUMENTO DO CEN SERÁ SOBRE SAÚDE



Na segunda reunião do Conselho Estratégico Nacional (CEN), sábado, em Coimbra, Rui Rio divulgou que o próximo documento a apresentar aos portugueses será sobre a saúde. “Depois será o da justiça, até ao final de julho”, concretizou o presidente do PSD.

Rui Rio insiste que os documentos apresentados pelo CEN constituem propostas “em aberto”. “Queremos que critiquem os documentos, para depois [convertê-las] para o programa do Partido”, afirmou.

O líder do PSD declara que, tal como se comprometeu durante o périplo dedicado à justiça, “pretende comunicar ao País uma reforma da justiça”.

Saúde: “Portugal vai pagar um preço político elevado”

Rui Rio alertou nomeadamente para a questão da redução das 40 para as 35 horas semanais na saúde e responsabiliza o PS por se ter encostado à extrema esquerda. “Portugal vai pagar um preço político mais elevado” por essa decisão. “É notório que o Governo teve de fazer esta alteração, passagem de 40 para 35 horas, para poder agradecer ao Partido Comunista e ao Bloco de Es-



querda e assim formar a coligação parlamentar que foi formada”, disse Rui Rio.

Rui Rio lamenta que a medida de redução da carga horária semanal, que se aplica ao setor da saúde desde o passado domingo, tenha sido tomada “por necessidade político-partidária e não por estratégia de gestão da administração pública”. Uma medida que, segundo o presidente do PSD, devia ter sido concretizada de “forma estruturada”.

“Aquilo que os portugueses vão perceber cada vez mais e melhor é o custo de uma solução parlamentar onde

há choques políticos e ideológicos muito fortes entre o Partido Socialista, o Partido Comunista e o Bloco de Esquerda”, assinalou.

“A degradação dos serviços [de saúde] é notória”, aponta o líder do PSD. Rui Rio tem denunciado os principais problemas que estão a provocar o “caos” no Serviço Nacional de Saúde: subfinanciamento, erros de gestão, deterioração do atendimento dos doentes, descontentamento dos profissionais, agravamento da dívida e atrasos no pagamento a fornecedores.



ASSEGURAR PARA PORTUGAL “A MELHOR NEGOCIAÇÃO POSSÍVEL” DOS FUNDOS DA PAC

Rui Rio reafirmou que o PSD continuará a defender o interesse de Portugal em Bruxelas na tentativa de assegurar para o nosso País a melhor negociação possível dos fundos comunitários no âmbito da Política Agrícola Comum (PAC). “Mal seria nós neste momento começarmos a fazer ataques e prejudicar com isso a força que Portugal como um todo possa ter em Bruxelas. O Governo português está a tentar melhorar essa situação e aquilo que se impõe é que o PSD continue a fazer aquilo que tem feito nesta matéria, que é apoiar o Governo em Bruxelas no sentido de Portugal receber mais fundos do que aqueles que neste momento está previsto”, afirmou Rui Rio, no final de uma reunião com a Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP), que decorreu na segunda-feira, no Porto.

Assegurando que o PSD vai “continuar a procurar que Portugal tenha a melhor negociação possível nesta matéria da PAC”, Rui Rio salientou estar em causa “uma quebra brutal para todos os países europeus” nos apoios ao desenvolvimento rural, “mas que em Portugal se sente particularmente”.

“No nosso caso o segundo pilar pesa cerca de 50% e, portanto, uma quebra de 17% em 50% é um problema realmente sério, mais do que para a agricultura, para as finanças públicas portuguesas”, sustentou, explicando que tal implicaria que “um valor acima de 200 milhões de euros” tivesse que ser coberto pelo Orçamento do Estado português.

Outro dos temas que Rui Rio abordou na reunião com a CAP foi o da votação na generalidade, prevista para sexta-feira, do pacote laboral subscrito por todos os parceiros da concertação social, com exceção da CGTP. “A CAP teme que aquilo que foi assinado em concertação social possa ser desvirtuado através de propostas oriundas do Bloco de Esquerda e do Partido Comunista, que estão contra este acordo. O apelo que nos é feito é no sentido de nós procurarmos que o acordo não seja desvirtuado no Parlamento relativamente aquilo que foi apoiado na concertação social”, afirmou Rui Rio.

Frisando que o PSD “tem e sempre teve um grande respeito pela concertação social”, Rui Rio considerou que, mesmo sendo o Parlamento a ter “a última palavra”, é “muito importante” não “desvirtuar” o acordo a que



chegaram os vários parceiros sociais. “Se agora no Parlamento o que for à votação final global for desvirtuado através da especialidade, aí vamos ver com atenção como é que foi desvirtuado, ou já não será o documento da concertação social”, alertou.

Rui Rio elogiou o bom relacionamento entre o PSD e a CAP e insistiu na necessidade de realizar este género de reuniões com os representantes dos agricultores nacionais.

Rui Rio transmitiu ao bispo do Porto propostas do PSD sobre combate à pobreza e desafio da natalidade

Rui Rio, que foi recebido, na segunda-feira, pelo bispo do Porto, Manuel Rodrigues Linda, partilhou a posição do PSD sobre as questões da baixa natalidade e da pobreza em Portugal, recentemente apresentadas pelo Conselho Estratégico Nacional.

Em declarações no final do encontro que decorreu no Paço Episcopal da Diocese do Porto, Rui Rio declarou que a audiência privada permitiu “abordar e conversar sobre questões que podem ser transversais a um partido político e à Igreja”.

“A questão da natalidade e da política para a infância” foi um dos pontos revelados pelo líder social-democrata do encontro com Manuel Rodrigues Linda.

Rui Rio lembrou a recente divulgação ao País do documento “Uma política para a infância”, que está em debate público, aberto, para as pessoas darem sugestões” e que foi “também entregue ao bispo” para acolhimento de contributos.

Dando conta de que ainda no decurso desta semana vai “dar os primeiros passos de luta contra a pobreza”, Rui Rio revelou “diversas visitas” nesse âmbito, para conhecer melhor uma “matéria que, naturalmente, preocupa a Igreja Católica”.

Rui Rio sobre os incêndios

É “UMA MENTIRA” QUANDO O GOVERNO DIZ QUE “ESTÁ TUDO BEM”



Em visita à região Centro, Rui Rio espera que este ano a época de incêndios decorra sem a dimensão trágica de 2017. O presidente do PSD quis transmitir uma mensagem de solidariedade às populações de Arganil e de Oliveira do Hospital atingidas pelos fogos graves de 2017. O Presidente do PSD criticou o Governo e os serviços públicos por falta de eficácia e sensibilidade na atribuição dos apoios às pessoas afetadas pelos incêndios de outubro do ano anterior. “Não consigo compreender como é que os serviços públicos não são sensíveis, não são eficazes no apoio e, acima de tudo, desculpam-se porque o prazo acabou ou porque altera o regulamento. Isso são coisas laterais em relação ao que está em causa”, afirmou Rui Rio, que falava esta terça-feira, durante uma visita a vários locais afetados pelos incêndios de outubro.

Rui Rio considerou ser “uma mentira” quando o Governo diz que “está tudo bem, quando está tudo mal”. A atribuição dos apoios, lembra o líder social-democrata, “nem tem muito a ver com a questão política, mas de postura na vida”, considerando que o direito “não é só um direito por lei, por regulamento, é um direito ético, um direito moral, acima de tudo”.

Nesse sentido, criticou a forma como o Governo lida com a atribuição dos apoios às pessoas afetadas. “A questão é darem ou não darem o apoio às pessoas, acompanharem ou não acompanharem as pessoas e não se perderem a dizer que meteu fora do prazo ou que as regras foram alteradas”, protestou, considerando





que, apesar de a questão maior não ser o dinheiro, seria necessária uma maior atenção do Governo do ponto de vista financeiro.

“Sabemos que, do ponto de vista orçamental, a folga é pouca, mas isto é um caso extraordinário”, afirmou, acrescentando que “é absolutamente evidente” a necessidade de uma dotação orçamental para as populações afetadas.

De acordo com o presidente do PSD, “mais do que uma questão política, tem que ver com uma questão de solidariedade entre nós. E isto é válido para quem está na política, mas também para os serviços públicos, que muitas vezes emperram e não funcionam da forma como deviam funcionar”.

Rui Rio: Juízes não devem fazer greve

O Presidente do PSD manifestou-se contrário à possibilidade de os juízes fazerem greve. “Independentemente do dossiê em concreto, não consigo compreender como é que um órgão de soberania faz greve”, comentou Rui Rio, interrogado sobre a possibilidade assumida pela Associação Sindical dos Juízes Portugueses de avançar com uma greve inédita destes profissionais.





LUÍS ALVES MONTEIRO ELEITO PRESIDENTE DO INSTITUTO SÁ CARNEIRO

Luís Alves Monteiro foi eleito por unanimidade, na quinta-feira, 28 de junho, presidente do Conselho de Administração do Instituto Sá Carneiro para um mandato de 3 anos. O gestor, ex-secretário de Estado da Indústria entre 1989 a 1995, pretende fazer do Instituto uma plataforma de debate de temas de interesse para a sociedade, com a realização de iniciativas desconcentradas

por todo o território. A formação autárquica e política fará parte do plano de atividades do Instituto, "sempre com o apoio das estruturas locais". "Nós estamos sempre abertos a novos desafios", justificou Luís Alves Monteiro para ter aceitado o convite do Presidente do PSD para liderar o Instituto Sá Carneiro. No plano político, Luís Alves Monteiro, que sucede a Pedro Reis, espera que Rui

Rio possa "ajudar a desenvolver o País" e "garantir a coesão social e geracional".

A composição dos órgãos do Instituto Francisco Sá Carneiro, após a eleição de ontem, é a seguinte:



MESA DO CONSELHO GERAL (eleitos 28 junho 2018)

Presidente:

Francisco Pinto Balsemão

Secretários:

Teresa Rio de Carvalho
Luís Nandin de Carvalho

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (eleitos 28 junho 2018)

Presidente:

Luís Alves Monteiro

Vice-Presidentes:

Duarte Filipe Baptista Marques
Luís Mira Amaral
Nuno Matias

Vogais:

Fernando Angleu Teixeira
Gonçalo Melo Saluce Sampaio
Laura Monteiro Magalhães
Lina Lopes
Luís Tavares Bravo

COMISSÃO DE REVISÃO DE CONTAS (eleitos 28 junho 2018)

Presidente:

Guilherme Silva
Luís Pais de Sousa
Ricardo Baptista Leite



PERFIL DE

LUÍS ALVES MONTEIRO

É licenciado em Engenharia pelo Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa, com pós-graduação em gestão Bancária designadamente no Banco Mundial e no INSEAD. Em novembro de 2009, por convite do Conselho Diretivo Nacional da Ordem dos Engenheiros, foi-lhe conferido o título de Engenheiro Especialista em Engenharia e Gestão Industrial.

Foi docente no Instituto Superior de Engenharia entre 1970 e 1975. Foi Membro da Comissão Científica e Pedagógica e da Comissão Diretiva do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa em 1976. Foi Consultor do Ministério das Obras Públicas, entre 1970 e 1974. Desempenhou vários cargos técnicos, de chefia e de consultoria na área da produção, estudos e conservação, controlo orçamental e na direção técnica de empresas industriais, entre 1970 e 1976. Foi Membro da Comissão da Associação Industrial Portuguesa para o Ambiente, em 1974.

Exerceu funções de analista de crédito e de coordenador no Banco de Fomento Nacional (Serviços de Fomento), entre 1976 e 1983. Foi Representante do Banco de Fomento Nacional na Venezuela, em 1983, e foi Chefe de Projeto de instalação da Estrutura do Banco de Fomento Nacional em Espanha, em 1987. Em 1988, foi responsável pelo lançamento de uma sociedade de leasing imobiliário.

Entre 1984 e 1988, foi diretor de Crédito do Banco de Fomento Nacional. Foi consultor da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONU-DI), em 1986.

Entre 1988 e 1989, foi presidente do Conselho Fiscal da Quimigal, Presidente da Comissão Sectorial de Produtos Industriais e Vogal do Conselho Geral do IAPMEI. No mesmo período foi diretor-geral da Indústria.

Ainda no exercício de funções públicas, foi Secretário de Estado da Indústria do XI e XII Governo Constitucional de 1989 a 1995.

Em 1996, foi Administrador da BFE Mercado de Capitais e Serviços SGPS SA.

Entre 1996 e 1997, foi o Administrador responsável pelo lançamento da “Banca Municipal” no Grupo BFE e primeiro responsável pela área de negócios “Banca Municipal” e “Banca Institucional” no Grupo BFE e no Grupo BPI.

Entre 1996 e 1997, foi administrador da BFE Investimentos SA e, entre 1997 e 1999, foi administrador da Luságua.

Foi diretor-central de empresas dos Bancos FONSECAS & BURNAY, BORGES & IRMÃO, FOMENTO e EXTERIOR e BPI, entre 1997 e 2002.

Foi Administrador da Sociedade F. Turismo - Capital de Risco, entre 2000 e 2002, e Administrador da PME Investimentos no mesmo período.

Entre 2002 e 2003, foi Gestor do Programa de Incentivos à Modernização da Economia PRIME, do Programa Operacional da Economia (POE) e do PEDIP.

Entre 2003 e 2004, foi presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santa Maria.

Entre 2004 e 2005 foi administrador da Caixa Geral de Depósitos com responsabilidade sobre a Banca de Empresas, Banca Institucional, Crédito Especializado (leasing mobiliário, leasing imobiliário, factoring, renting), Locarent e Crédito ao Consumo, Presidente do Conselho de Administração da Caixa Leasing e Factoring e Administrador da Caixa – Banco de Investimento. Após agosto de 2005, exerceu atividade de consultoria estratégica a empresas.

É membro do Conselho Consultivo da Faculdade de Engenharia da Universidade Católica Portuguesa desde 2000.

Desempenhou igualmente funções associativas como membro da Direção da CIP – Confederação da Indústria Portuguesa de 1998 a abril de 2002, em dois mandatos e da Direção da Associação Portuguesa de Bancos em 2004.

Desde maio de 2006, integrou os quadros da Boyden Global Executive Search como Partner, tendo assumido em janeiro de 2007 a função de Managing Partner e a partir de junho desse ano foi nomeado pelo Conselho de Administração da Boyden World Corporation, Partner Internacional.

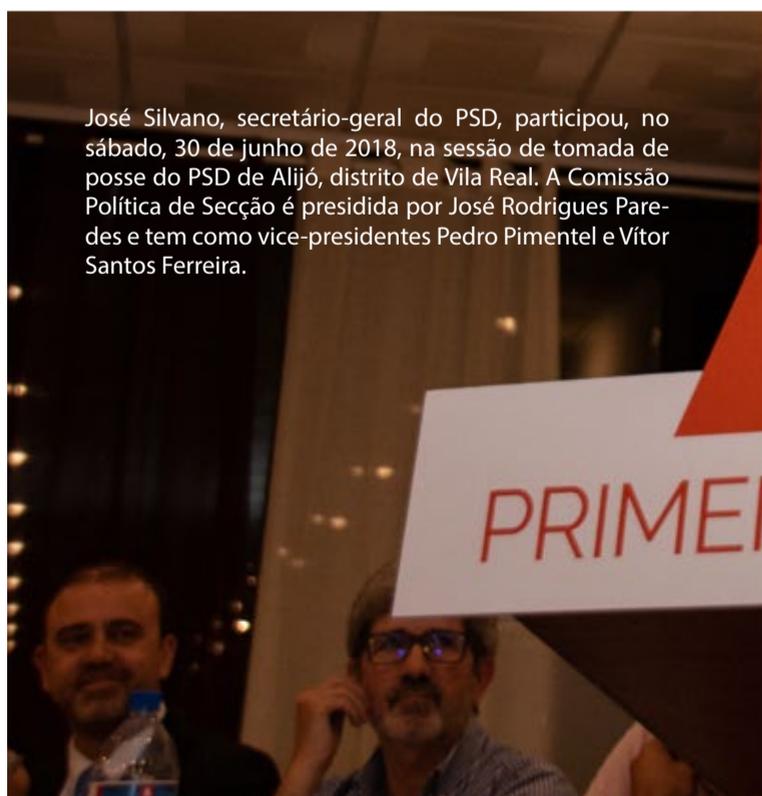
Luís Alves Monteiro tem 72 anos.



**JOSÉ SILVANO
EM ALIJÓ**



José Silvano, secretário-geral do PSD, participou, no sábado, 30 de junho de 2018, na sessão de tomada de posse do PSD de Alijó, distrito de Vila Real. A Comissão Política de Secção é presidida por José Rodrigues Paredes e tem como vice-presidentes Pedro Pimentel e Vítor Santos Ferreira.





PSD DE BRAGA ABRE CICLO DE CONFERÊNCIAS SOBRE A FLORESTA

A primeira sessão do ciclo de conferências “Pensar Braga, Servir Braga”, subordinada ao tema reflorestamento e conservação da floresta em Braga e promovida pela Comissão Política do PSD de Braga, decorreu, na noite de 29 de junho, no salão nobre da Associação Comercial de Braga. A iniciativa teve por objetivo expor os problemas e desafios a ultrapassar no domínio da floresta sustentável para o Concelho.

Cerca de uma centena de bracarenses participou no debate promovido pelo PSD de Braga, que contou com as intervenções de Hugo Soares, presidente da Comissão Política da Secção de Braga do PSD; Luís Macedo, ex-diretor do Parque Nacional da Peneda Gerês; Roriz Mendes, juiz presidente da Irmandade da Penha; Firmino Marques, vice-presidente da Câmara Municipal de Braga; e do moderador Joaquim Barbosa, membro da Comissão Política do PSD e organizador da conferência.

De acordo com Hugo Soares, “a apresentação de um projeto para a população faz-se com antecedência e o PSD Braga tem um projeto de continuidade que tem vindo a ser sufragado pelos eleitores com a segunda maioria consecutiva, mas evidentemente é necessário construir ideias e acrescentar valor em cima deste projeto”.

Para o presidente do PSD de Braga, “o Concelho tem uma área florestal muito grande”, o que redobra a pertinência de se dar início a este ciclo de conferências com uma “discussão diferente, com um tema provocador, mas sobretudo interessante e apelativo”.

“Aquilo que os responsáveis políticos devem fazer é tomar as decisões políticas, apresentar as suas opções políticas, depois de ouvirem quem sabe – aqueles que são de facto os especialistas nas matérias – e é por isso que convidámos com muita honra o engenheiro Luís Macedo, ex-diretor do Parque Nacional da Peneda Gerês e o engenheiro Roriz Mendes, juiz presidente da Irmandade da Penha. Sabemos que são especialistas nesta área, com uma vasta experiência”, disse.

No mesmo sentido surgiram as palavras do moderador Joaquim Barbosa para quem o PSD, enquanto maior

partido de Braga e partido mais enraizado na sociedade bracarense, tem a responsabilidade de “incomodar e a interpelar quer o governo, o executivo municipal, quer os órgãos da administração autárquica” nas mais variadas matérias tendo em conta o interesse de Braga e das suas gentes.

O PSD, para aquele dirigente concelhio, tem muito orgulho na obra efetuada em Braga por Ricardo Rio e a sua equipa na Câmara de Braga nestes cinco anos de mandato, mas sublinhou, “o PSD quer sempre mais e melhor, sendo muito importante o diálogo com a população de Braga sobre os temas da vida do município, tendo sido esse o motivo do surgimento das sessões “Pensar Braga, servir Braga”.

Luís Macedo, ex-diretor do Parque Nacional da Peneda Gerês, que sempre viveu em Braga, recordou que os incêndios do ano passado “deixaram marcas que não estão apagadas e que não se vão apagar tão depressa como seria desejado”. Tocando em vários aspetos técnicos, Luís Macedo lembrou que entre 2011 e 2014 Portugal perdeu 30% da sua área florestal, o que é sintomático de que é necessário fazer mais.

“Se não tivermos uma floresta que tenha uma entidade gestora, credível e estável no tempo, se não tivermos uma política florestal ordenada, não há ninguém que invista na floresta em Portugal. E, portanto, o desafio que se coloca aqui é – e os municípios podem ter uma intervenção, dando uma almofada de segurança aos investidores – a união dos proprietários florestais através da criação de uma entidade que venha gerir esta área, gerando recursos para que as pessoas se sintam motivadas a entrar num projeto destes”, atirou, aludindo à vasta área ardida em Braga.

Luís Macedo mencionou alguns instrumentos financeiros que se poderão servir para criar e potenciar uma floresta sustentável.

Já Roriz Mendes, juiz presidente da Irmandade da Penha, partilhou a sua experiência para aclarar possíveis caminhos para a floresta bracarense.

“Foi a natureza que nos deu a Penha sustentada, rica em árvores de carvalho, sobreiros e castanheiros. Cerca de 100 hectares. Foi de borla, só custou esforço e os salários dos funcionários. Se fizermos, aqui em Braga, um reflorestamento não massivo, estudando os sítios, os locais, identificando-os, definindo os objetivos para cada sítio, porque todos eles são diferentes, podemos ter uma floresta que poderá dar rendimento florestal ou, por outro lado, termos uma floresta de lazer. Uma floresta para as gerações futuras”, disse.

Uma mensagem importante que deixou este responsável por todas as intervenções efetuadas na Penha é que, antes de mais, se tenha em mente aquilo que se quer fazer, tendo a área floresta ardida em Braga uma tal dimensão que permite uma série de repostas e soluções diversificadas, mas que podem ser todas harmonizadas e convergentes em função dos interesses da floresta e da cidade.

Ainda antes do período de questões e de intervenções abertas ao público, numa sessão bem animada, Firmino Marques, vice-presidente da Câmara Municipal de Braga, após efetuar o diagnóstico da área ardida no concelho, referiu o projeto para o monte Picoto e destacou a importância de conjugar sustentabilidade florestal com biodiversidade, diversidade vegetal e animal e usufruto da floresta por parte de gerações e gerações de bracarenses.

Firmino Marques, no momento do debate que se seguiu apontou a necessidade de juntar todos os proprietários florestais e entidades à volta da mesma mesa e definir um projeto conjunto.

Firmino Marques fechou com chave de ouro as intervenções do painel convidados, lançando um desafio a todos os presentes: “O futuro está nas nossas mãos e assumir o futuro relativamente à floresta é um dever de todos e não de alguns”.

GOVERNO REGIONAL TEM POSIÇÃO “DESALINHADA” DOS AGRICULTORES

O PSD/Açores defende que o presidente do governo regional tem uma posição “desalinhada” dos agricultores açorianos, que advogam que a manutenção da verba do programa comunitário POSEI não serve as suas necessidades.

“A reação de Vasco Cordeiro ao anúncio do comissário europeu da Agricultura de que se mantém o POSEI para os Açores foi precipitada e está desalinhada dos interesses dos agricultores, do PSD/Açores e do próprio PS/Açores, partidos que aprovaram no parlamento açoriano duas iniciativas nas quais é defendido o reforço das verbas para a PAC e POSEI”, advoga, em nota de imprensa, o deputado e porta-voz do PSD/Açores para a Agricultura, António Almeida.

“Vasco Cordeiro não só canta vitória com a manutenção de uma verba que não serve a perca de rendimento dos agricultores açorianos, como parece querer antecipar o desfecho das negociações, o que deixa a sensação de que o Governo regional não espera, de facto, vir a conseguir em Bruxelas um reforço do envelope destinado ao POSEI”, sustenta António Almeida, parlamentar do PSD/Açores.

O grupo parlamentar social-democrata, prossegue o deputado, mantém a sua “expectativa positiva relativamente ao aumento de fundos do POSEI e da PAC nos Açores”.

O comissário europeu com a pasta da Agricultura terminou, na sexta-feira, 29 de junho, uma visita de dois dias ao arquipélago dos Açores.



PSD/AÇORES QUESTIONA DECISÃO DE ENTREGAR CENTRO DE TRATAMENTO À ARRISCA



O PSD/Açores questionou a decisão do governo Regional de entregar à associação ARRISCA a exploração do Solar da Glória, onde vai funcionar a futura unidade de Tratamento e Reabilitação Juvenil da região, projeto anunciado há oito anos. Com os deputados do PSD/Açores concentrados nas portas encerradas do imóvel, situado na freguesia do Livramento, na periferia de Ponta Delgada, na ilha de São Miguel, o parlamentar Carlos Ferreira manifestou-se contra a opção do Governo Regional de “atribuir diretamente o Solar da Glória à Arrisca - Associação Regional de Reabilitação e Integração Sociocultural dos Açores, sem ouvir nenhuma outra instituição”.

O parlamentar reivindica do executivo regional a “abertura de um processo claro, justo e transparente” para que todas as entidades com ‘know how’ na área possam manifestar interesse no projeto.

Carlos Ferreira afirmou que o grupo parlamentar do PSD tem contactado com “várias instituições e, ainda na semana passada, uma delas garantiu ao PSD que, apesar de não ter sido ouvida, tomou a iniciativa de manifestar ao Governo o seu interesse no Solar da Glória e disse que tem capacidade para, estando as instalações recuperadas e equipadas, começar a funcionar no espaço de uma semana”.

O deputado, que recordou que a abertura do Solar da Glória só está prevista para acontecer no último trimestre de 2018, declarou que o secretário regional da Saúde, em março de 2017, no parlamento dos Açores, afirmou que o executivo “decidiu entregar diretamente a gestão do Solar da Glória à Arrisca por considerar que é a única entidade com competências para o efeito”.

Carlos Ferreira condenou o “arrastar do processo que ao longo de uma década tem acarretado um enorme prejuízo para o tratamento das dependências e resgatar os que se encontram reféns do terrível problema”.

Recordando que a região apresenta os indicadores “mais negativos do país de drogas e alcoolismo”, o parlamentar acusou o executivo açoriano de “não ter uma política de prevenção e combate às dependências”, havendo uma “falta de estratégia” nessa área.

O grupo parlamentar do PSD/Açores vai, entretanto, apresentar no parlamento regional um requerimento a questionar o Governo quando vai entrar em funcionamento o centro de reabilitação, qual o modelo funcional adotado e se está disponível para atribuir a sua exploração através de um processo transparente.

O projeto do Centro de Tratamento e Reabilitação Juvenil, que vai ser construído no antigo Solar da Glória, foi apresentado pelo secretário regional da Saúde, Miguel Correia, a 14 de setembro de 2010.

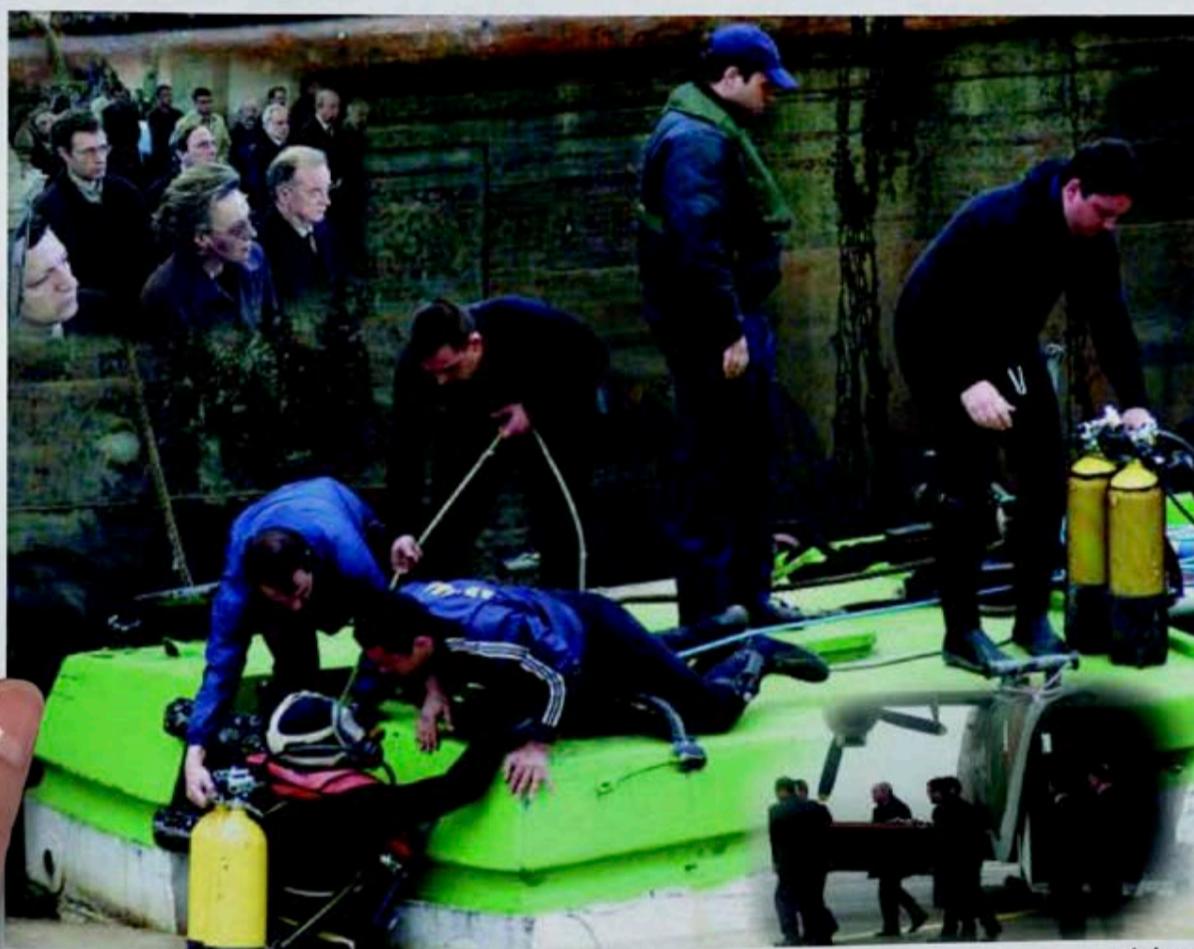
O Centro conta com uma unidade de desintoxicação especialmente dirigida a jovens, com capacidade para 10 camas e uma unidade terapêutica de internamento prolongado com capacidade para 20 camas, para recuperar jovens e reinseri-los na sociedade.

POVO LIVRE

Director: Nuno Freitas

Internet: www.psd.pt - E-Mail: povolvre@psd.pt

Tragédia na ponte de Entre-os-Rios Durão Barroso acompanha cerimónias religiosas e intervém no Parlamento



páginas 5 e 7

“Missão Portugal”

Durão Barroso participou em encontro
com representantes da sociedade civil

página 8

Edição n.º 1241 do “Povo Livre” | 14 de março de 2001

“Tragédia na ponte de Entre-os-Rios: Durão Barroso acompanha cerimónias religiosas e intervém no Parlamento”. Durão Barroso, depois de expressar as condolências às famílias das vítimas, lamentou a ocorrência da tragédia. “O que há de especialmente trágico nestes acontecimentos é a sensação com que ficamos de que eles poderiam ter sido evitados. Poderiam ter sido evitados se tivessem, em devido tempo, sido ouvidos os apelos da população e da autarquia, os alertas quanto ao estado em que se encontrava a ponte, os apelos para a construção de uma nova ponte”, proferiu o presidente do PSD e deputado na Assembleia da República.

CONVOCATÓRIAS DO PSD

RECEPÇÃO

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



DISTRITAIS

AVEIRO

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Aveiro para uma reunião ordinária, no próximo dia 13 de julho de 2018 (sexta-feira), pelas 21H00, no Hotel Imperial, em Aveiro, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Discussão e votação dos Relatórios e Contas da CPD do PSD de Aveiro;
2. Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2018;
3. Conselho Estratégico Nacional;
4. Análise da situação política e partidária.

SECÇÕES

ARRUDA DOS VINHOS

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Arruda dos Vinhos para uma reunião, no próximo dia 15 de setembro de 2018 (sábado), pelas 16h00, na Sede, sita na Av. Timor Lorosae, nº 17 (junto à rotunda dos Bombeiros), em Arruda dos Vinhos, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único – Eleição dos Órgãos Concelhios

- a) Mesa da Assembleia de Secção;
- b) Comissão Política de Secção.

Notas

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Comissão Política Distrital, na Sede de Secção ou a quem o substitua, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

As urnas estarão abertas das 16H00 às 20H00.

CASTELO DE VIDE

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Castelo de Vide para uma reunião, no próximo dia 13 de julho de 2018 (sexta-feira), pelas 18H30. Na Sede Concelhia, sita na Rua de Olivença, nº 13 – 1º Esq., em Castelo de Vide, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Conselho Estratégico Nacional;
2. Análise da situação política;
3. Outros assuntos.

CORUCHE

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Coruche para uma reunião ordinária, no próximo dia 11 de julho de 2018 (quarta-feira), pelas 21H00, na Sede do PSD de Coruche, sita na Travessa dos Guerreiros, nº 26, em Coruche, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação política Nacional e Local, de acordo com o art.º 53, nº2, alínea a) dos Estatutos.

LOURINHÃ

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Lourinhã para uma reunião ordinária, no próximo dia 20 de julho de 2018 (sexta-feira), pelas 21H00, na Sede Concelhia, sita na R. Eng.º Adelino Amaro da Costa, nº 4, Cave, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação política local e nacional;
2. outros assuntos.

Se à hora marcada não estiver reunido o quórum, a Assembleia iniciar-se-á às 21H30, com qualquer número de presenças (art.º 66, nº 2 dos Estatutos).

MONTEMOR-O-VELHO

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Montemor-o-Velho para uma reunião, no próximo dia 12 de julho de 2018 (quinta-feira), pelas 21H30, na Associação Filarmónica 25 de Setembro, em Montemor-o-Velho, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Análise da situação política;
3. Outros assuntos.

OLHÃO

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Olhão para uma reunião ordinária, no próximo dia 16 de julho de 2018, pelas 21H00, na Sede do PSD Olhão, sita na Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, nº 23, R/C Dto., em Olhão, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações.
2. Discussão da atual situação política.

PORTO

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Porto para uma reunião, no próximo dia 16 de julho de 2018 (segunda-feira), pelas 21H00, no Auditório da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, sita na Rua de Gonçalo Cristóvão, nº 187, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Análise da situação política.

S. JOÃO DA MADEIRA

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de São da Madeira para uma reunião ordinária, no próximo dia 16 de julho de 2018 (segunda-feira), pelas 21H15, na Sede Concelhia, sita no Centro Comercial Castilho, Loja CG, na Av. Renato Araújo, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- Análise da situação político-partidária.

SETÚBAL

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Setúbal para uma reunião, no próximo dia 12 de julho de 2018 (quinta-feira), às 21H00, na Sede da Secção, sita na Rua Rodrigues de Freitas, nº 23, 1º Esq., em setúbal, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Análise da situação político-partidária.

De acordo com os Estatutos Nacionais do PPD/PSD, a Assembleia de Secção pode deliberar trinta minutos após a hora fixada para o início dos Trabalhos com qualquer número de presenças.

TOMAR

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Arruda dos Vinhos para uma reunião, no próximo dia 13 de julho de 2018 (sexta-feira), pelas 21H00, na Sede do PSD de Tomar, sita na Rua da Fábrica da Fiação, nº 57 A, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações e análise da situação Política.



CORRECÇÃO

I CONSELHO DISTRITAL DA GUARDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convoco o I Conselho Distrital do mandato 2018/2020 para reunir no próximo dia 07 de Julho de 2018, pelas 15h30m, no edifício contíguo à junta de freguesia de Vilar Torpim sito na Estrada nacional 332, Rua da Fonte Romana, n.º5, 6440-281 Vilar Torpim, concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da situação política e balanço do mandato distrital;
- 2 – Apresentação e discussão do Regulamento Interno da JSD Distrital da Guarda;
- 3 – Outros assuntos.

ARRUDA DOS VINHOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoco o Plenário Concelhio da JSD de Arruda dos Vinhos, para reunir no próximo dia 15 de Setembro, domingo, pelas 21 horas, na Sede do PSD de Arruda dos Vinhos, sita na Avenida Timor Lorosae, nº 17 com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política Concelhia e da Mesa do Plenário Concelhio da JSD de Arruda dos Vinhos.

Nota:

As listas deverão ser entregues ao Presidente do Conselho Distrital, ou a quem o substitua estatutariamente, até às 23:59 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, 12/09/2018, devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos, bem como das respetivas fotocópias dos documentos de identificação. Mais se informa que as urnas estarão abertas por um período de duas horas, a saber: 21-23h.

MACEDO DE CAVALEIROS

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD, convoca-se plenário concelhio da JSD de Macedo de Cavaleiros, para reunir em sessão ordinária no dia 20 de Julho de 2018, pelas 21:00h na sua sede de concelhia, situada na Rua Clara Vaz nº1 2ºEsquerdo, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Apresentação da nova Comissão Política Concelhia da JSD Macedo de Cavaleiros;
- 2 – Apresentação do Plano de Atividades;
- 3 – Análise da Situação Política Local e Nacional;
- 4 – Informações;
- 5 – Outros Assuntos.

MAFRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da Concelhia de Mafra para o Plenário Concelhio da JSD Mafra, a realizar-se no dia 04 de Agosto de 2018, pelas 19h00, na sede da JSD, sita no Terreiro D. João V, N.º 61, 2.º, 2640-492 Mafra, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único - Eleição da Comissão Política Concelhia de Mafra da JSD.

Notas:

As listas candidatas deverão ser entregues, até às 23h59 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na sede da JSD, sita no Terreiro D. João V, N.º 61, 2.º, 2640-492 Mafra. Mais se informa que no dia do ato eleitoral, as urnas estarão abertas entre as 19 horas e as 21 horas.

TOMAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD de Tomar para reunião no próximo dia 27 de Ju-

CONVOCATÓRIAS

Iho de 2018, pelas 21h00 na sede do PSD de Tomar, sita da Rua da Fábrica da Fiação 57-A, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise da situação política;
- 3 – Outros assuntos.

CAMPANHÃ - PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes do núcleo de Campanhã - Porto para reunir em Plenário Eleitoral a realizar no próximo dia 10 de Agosto de 2018, pelas 21:00, na Sede do Núcleo PSD do Bonfim, sita na Avenida Rodrigues de Freitas, nº46 Porto com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Comissão Política do núcleo de Campanhã - Porto

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa da Concelhia ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na Sede do Núcleo PSD do Bonfim, sita na Avenida Rodrigues de Freitas, 46, Porto, respeitando as normas dos estatutos nacionais e demais regulamentos aplicáveis da JSD.

As urnas estarão abertas entre as 21:00 e as 23:00

Acompanhe-nos no dia-a-dia...



**Conferências de Imprensa,
Transmissões em direto,
Discursos e intervenções políticas**



**Entrevistas, Opinião, História,
Iniciativas**



**O dia-a-dia da atividade
do PSD**



**Noticiário semanal todas
as sextas-feiras**